



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ

Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro

Tel.: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106

CEP.: 20054-900 Rio de Janeiro – RJ

e-mail: corecon-rj@corecon-rj.org.br

www.corecon-rj.org.br

TOMADA DE POSIÇÃO 003/08

MEDIDAS A SEREM ADOTADAS DIANTE DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

O Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, saúda e parabeniza as entidades que, no último dia 26 de novembro, em encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, lhe entregaram documento propositivo, com sugestões de substantivas mudanças na política externa e na condução da política econômica do seu governo, com o objetivo de defender o país da atual crise econômico-financeira.

No tocante às sugestões de medidas econômicas a serem adotadas, as propostas apresentadas se coadunam com os conteúdos de diferentes Manifestos de Economistas, formulados e apresentados, ao atual mandatário do Poder Executivo, ainda no curso do seu primeiro mandato iniciado em 2003.

Infelizmente, as opções políticas assumidas pelo presidente Lula o impediram de adotar posições que julgamos de total interesse para o país.

Esta é uma questão relevante, pois não nos é possível abstrair que já nos encontramos no sexto ano de gestão do governo que nos prometeu a alteração do modelo econômico defendido pelo sistema financeiro e por transnacionais.

Ainda que possamos reconhecer a introdução de medidas, no atual governo, de elevação do poder aquisitivo do salário mínimo e de ampliação dos programas de transferência de renda aos segmentos mais pobres da sociedade, é notória a linha de continuidade da política econômica baseada nas recomendações do FMI, quando da crise do Real, em 1998.

A manutenção e ampliação das aberturas financeira e comercial, junto com a insistência de uma política macroeconômica fundada no tripé juros altos, câmbio flutuante e superávits primários elevados, nos mantém em uma trajetória ascendente de endividamento público, desnacionalização do parque produtivo do país e grave vulnerabilidade externa.

Dentro desse contexto, apontamos que somente através de uma pressão independente de interesses orgânicos e financeiros junto ao governo Lula, poderemos constituir uma forte e autêntica pressão popular legítima e coerente aos propósitos de mudanças na política que o governo insiste em dar continuidade.

A mera abertura de canais de diálogo com os movimentos sociais é importante, mas absolutamente insuficiente aos desafios e riscos que a mudança da conjuntura internacional apresenta.



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ

Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro

Tel.: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106

CEP.: 20054-900 Rio de Janeiro – RJ

e-mail: corecon-rj@corecon-rj.org.br

www.corecon-rj.org.br

O próprio governo Lula instituiu desde o seu nascedouro um canal formal de discussão com segmentos da sociedade civil – o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - onde por diversas vezes foram apresentadas propostas de alteração da atual política econômica, sem que nada viesse a ser modificado.

Temos, portanto, a clareza de que, infelizmente, o atual governo se utiliza de instâncias de consulta formal e discussão de propostas de governo com diversos setores da sociedade brasileira, com o objetivo de neutralizar críticas e legitimar as suas próprias opções.

Não é mais possível, após seis anos de continuidade e aprofundamento do modelo de subordinação do Brasil à lógica dos interesses dos grandes capitais, alimentar a crença de algum ímpeto de mudança relevante na política do atual governo.

Por fim, o CORECON-RJ declara que as propostas de caráter econômico constantes da lista reproduzida abaixo, aprovadas pelas entidades signatárias, se acham de acordo com as medidas defendidas em diferentes Manifestos dos Economistas dos quais fomos signatários.

PROPOSTAS DE ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS:

1 – Fortalecer a estratégia de integração regional, que se materializa a partir dos mecanismos como: MERCOSUL, UNASUL e ALBA;

2 – Substituir o dólar nas transações comerciais por moedas locais, como recentemente fizeram Brasil e Argentina, sugerindo que esta medida deva ser adotada pelo conjunto dos países da América Latina;

3 - Defender a consolidação o mais rápido possível do BANCO DO SUL, como um agente que promova o desenvolvimento regional e que auxilie o crescimento do mercado interno entre os países da América Latina e como um mecanismo de controle de nossas reservas, para impedir a especulação dos bancos, do FMI, e dos interesses do capital dos Estados Unidos;

4 - Afirmar que a atual crise econômica e financeira é de responsabilidade dos países centrais e dos organismos dirigidos por eles, como a OMC, o Banco Mundial e o FMI. Defendemos uma nova ordem internacional que respeite a soberania dos povos e nações;

5 - Pedir vosso empenho e compromisso pela retirada imediata de todas as forças estrangeiras do Haiti. Nenhum país da América Latina deve ter bases e presença militar estrangeira. Propomos, em seu lugar, a constituição de um fundo internacional solidário para reconstrução econômica e social daquele país. Apresentamos também



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ

Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro

Tel.: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106

CEP.: 20054-900 Rio de Janeiro – RJ

e-mail: corecon-rj@corecon-rj.org.br

www.corecon-rj.org.br

nossa oposição à reativação da Quarta Frota da Marinha de Guerra dos Estados Unidos em águas da América Latina;

PROPOSTAS DE POLITICAS INTERNAS:

- 1 - Controlar e reduzir imediatamente as taxas de juros;
- 2 - Impor um rigoroso controle da movimentação do capital financeiro especulativo, instituindo quarentenas e impedindo a sua livre circulação, penalizando com elevados impostos suas ganâncias;
- 3 - Utilizar as riquezas naturais da energia, do petróleo e dos minérios para criar fundos solidários para investir na solução definitiva dos problemas do povo, como direito ao emprego, educação, terra e moradia. Para isso, o governo brasileiro precisa cancelar imediatamente o novo leilão do petróleo, marcado para dia 18 de dezembro;
- 4 - Rever a política de manutenção do superávit primário, que é uma velha e desgastada orientação do FMI - um dos responsáveis pela crise econômica internacional. E usar os recursos do superávit primário para fazer volumosos investimentos governamentais, na construção de transporte público e de moradias populares para a baixa renda, dando assim uma grande valorização à reforma urbana e agrária, incentivando a produção de alimentos pela agricultura familiar e camponesa. É preciso investimentos maciços, na construção de escolas, contratação de professores para universalizar o acesso à educação de nossos jovens, em todos os níveis, em escolas públicas, gratuitas e de qualidade;
- 5 - Estabelecer metas para a abertura de novos postos de empregos, a partir de um amplo programa de incentivo à geração de empregos formais, em especial entre os jovens. Reajustar imediatamente o salário mínimo e os benefícios da previdência social, como principal forma de distribuição de renda entre os mais pobres;
- 6 - Controlar os preços dos produtos agrícolas pagos aos pequenos agricultores, implantando um massivo programa de garantia de compra de alimentos, através da CONAB. Hoje, as empresas transnacionais que controlam o comércio agrícola estão penalizando os agricultores, reduzindo em 30%, em média os preços pagos do leite, do milho, dos suínos e das aves. Mas, no supermercado, o preço continua subindo;
- 7 - Revogar a Lei Kandir e voltar a ter imposto sobre as exportações de matérias primas agrícolas e minerais, para que a população não seja mais penalizada, para estimular sua exportação;



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ

Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro

Tel.: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106

CEP.: 20054-900 Rio de Janeiro – RJ

e-mail: corecon-rj@corecon-rj.org.br

www.corecon-rj.org.br

8 - Não usar dinheiro público para subsidiar e ajudar a salvar os bancos e empresas especuladoras, que sempre ganharam muito dinheiro e agora, na crise, querem transferir seu ônus para toda sociedade. Quem sempre defendeu o mercado como seu "deus-regulador", que assuma as conseqüências dele. Nesse sentido os bancos públicos (BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) deveriam estar orientados não para socorrer o grande capital e sim para o benefício de todos os povos;

9 - Reduzir a jornada de trabalho, em todo o país e em todos os setores, sem redução de salário, como uma das formas de aumentar as vagas. E penalizar duramente as empresas que estão demitindo;

10 - A mídia permanece concentrada nas mãos de poucos grupos econômicos. Este quadro reforça a difusão de um pensamento único que privilegia o lucro em detrimento das pessoas e exclui a visão dos segmentos sociais e de suas organizações do debate público. Para reverter esta situação e colocar a mídia a serviço da sociedade, é preciso ampliar o controle da população sobre as concessões de rádio e TV, fortalecer a comunicação pública e garantir condições para o funcionamento das rádios comunitárias, acabando com a repressão sobre elas. Por tudo isso, é urgente que o governo federal convoque a Conferência Nacional de Comunicação;

11 - Garantir os territórios e a integridade física e cultural dos povos indígenas e quilombolas como determina a Constituição. O Governo Federal deve continuar demarcando as terras e efetivando a desintração desses territórios em todo o país, sem ceder às crescentes pressões dos setores anti-indígenas - tanto políticos, como econômicos. Na luta por seus direitos territoriais, os povos indígenas e quilombolas têm enfrentado a violência e a discriminação cada vez mais forte em todo o país. Chamamos especial atenção, nesse momento, para a urgência de se demarcar as terras tradicionais do povo indígena Guarani Kaiowá que vive no Mato Grosso do Sul. Atualmente, eles estão confinados em ínfimas porções de terra e, principalmente por causa disso, há um alto índice de suicídios entre o povo;

12 - Realizar a auditoria integral da dívida pública para lançar as bases técnicas e jurídicas para a renegociação soberana do seu montante e do seu pagamento, considerando as dívidas históricas, social e ambiental das quais o povo trabalhador é credor;

13 - Defender uma reforma política que amplie os espaços de participação do povo nas decisões políticas. Uma reforma não apenas eleitoral, mas que amplie os instrumentos de democracia direta e participativa;



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO - RJ

Av. Rio Branco, 109 – 16º e 19º andares - Centro

Tel.: (21) 2103-0178 Fax.: (21) 2103-0106

CEP.: 20054-900 Rio de Janeiro – RJ

e-mail: corecon-rj@corecon-rj.org.br

www.corecon-rj.org.br

14 - Em tempos de crise, há uma investida predatória sobre os recursos naturais como forma de acumulação fácil e rápida, por isso não podemos aceitar as propostas irresponsáveis de mudanças na legislação ambiental por parte dos representantes do agro-negócio, que pretende reduzir as áreas de reservas legais na Amazônia e as áreas de encosta, topo de morros e várzeas no que resta da Mata Atlântica. Propomos a criação de uma política de preservação e recuperação dos biomas brasileiros;

15 – Combater a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. Pelo fim da violência e pelo livre direito de manifestação dos que lutam em defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais dos povos.

Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 2008

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO